



MULHERES RURAIS NO SINDICATO: IMPLICAÇÕES DA DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO

Vanderleia Alves de Oliveira
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS (Brasil)
Endereço eletrônico: oliveiraavanderleia@hotmail.com

Acácia Batista Dias
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS (Brasil)
Endereço eletrônico: acacia@uefs.br

1933

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é marcada por significativas e persistentes assimetrias de gênero, as quais merecem especial atenção nas investigações sobre mulheres rurais em espaços de decisão política, haja vista as suas trajetórias de lutas para garantir as suas inserções nos referidos espaços. É importante destacar que a desigualdade de gênero, de acordo com Cabral e Diaz (1998), diz respeito a um fenômeno estrutural que foi instituído social e culturalmente. Este se processa de forma sutil e é difundido, deliberadamente ou não, por instituições sociais. Tais desigualdades têm sua gênese na construção social do papel do homem e da mulher na sociedade, o qual é concebido culturalmente e modificado de acordo com a sociedade e seu tempo. Vale ressaltar que o confinamento das mulheres aos espaços privados e a sua conseqüente restrição ao papel da reprodução e dos cuidados com os outros promoveram a invisibilidade delas como sujeitos políticos.

Este resumo é resultado da dissertação de mestrado intitulada “A inserção de mulheres trabalhadoras rurais no sindicato no município de Serrinha-BA”, a qual analisou o processo de inserção de mulheres rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha, e constatou que o ingresso delas em espaços de organização, como o sindicato, promove maior visibilidade da atuação feminina e (re)construção da sua participação na sociedade. E, além disso, a entrada nesses espaços possibilita o conhecimento e acesso aos direitos sociais e políticos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada através de entrevistas semiestruturadas. Contudo, em razão da pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, foi necessário criar estratégias para coleta de dados, nesse sentido, no



primeiro momento a pesquisadora foi a campo e realizou entrevistas com três mulheres, garantindo as normas de segurança definidas pela Organização Mundial de Saúde: distanciamento social, uso de máscara e álcool em gel.

No segundo momento e diante do aumento de casos de infecção pelo Coronavírus, as demais entrevistas foram realizadas via plataforma virtual *Google Meet*. Ao todo sete mulheres participaram do estudo, a saber: Maria Zilda Oliveira Ferreira, 60 anos, casada, possui ensino fundamental completo, autodeclara-se negra, filiada há 33 anos; Jacy Barreto, 64 anos, solteira, ensino médio completo, autodeclara-se negra, filiada há 22 anos; Maria Helena Lopes, 68 anos, possui ensino fundamental incompleto, autodeclara-se branca, filiada há 17 anos; Beatriz Santos de Jesus, 37 anos, casada, possui ensino fundamental incompleto, autodeclara-se negra, filiada há aproximadamente 18 anos; Marivalda da Silva de Araújo, 42 anos, reside com seu companheiro, possui ensino fundamental incompleto, autodeclara-se negra, filiada há aproximadamente 15 anos; Girlene Nere Luciano, 37 anos, ensino fundamental completo, autodeclara-se negra, filiada há 14 anos e Roseli Damasceno Silva, 36 anos, possui ensino médio completo, autodeclara-se branca, filiada há 13 anos.

1934

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As assimetrias de gênero refletem, entre outros aspectos, a situação da divisão sexual e social do trabalho que se encontra intimamente imbricada com as interpretações sociais inscritas para o feminino e masculino. A divisão social e sexual do trabalho, segundo Kergoat (2009), pode ser entendida como um dos pilares para opressão e desigualdades, e é configurada como a divisão das responsabilidades, funções e lugares sociais para mulheres e homens, resultantes das relações sociais de sexo, seus efeitos perversos e excludentes atingem de forma particular as mulheres.

Ao pesquisar sobre o processo de inserção de mulheres trabalhadoras rurais no sindicato foi possível perceber que a divisão social e sexual do trabalho atua como fator limitador das ações femininas. As responsabilidades pela educação e bem-estar dos filhos, as atividades domésticas e de cuidados com os membros da família, ou seja, rotinas do trabalho circunscritas a esfera privada, tomam muito do tempo e sobrecarregam as mulheres no exercício de outras atividades laborativas. As entrevistadas destacam as dificuldades de conciliar as diversas tarefas e a atuação sindical, mas enaltecem a participação política das mulheres. A presidente do sindicato,

Realização:



Apoio:





Maria Zilda, por exemplo, expõe em sua narrativa, que apesar das atividades desenvolvidas no sindicato, precisa também, dar conta de tarefas do espaço doméstico, dentre elas, cuidar dos seus pais idosos.

O espaço doméstico permanece como atribuição feminina, e de acordo com Saffioti (1987), a sociedade investe na naturalização deste processo ao fazer crer se tratar da capacidade de ser mãe e de ser apta para o cuidar.

Essa naturalização do ser mulher na sociedade atua como fator preponderante para a manutenção das desigualdades que elas vivenciam; delimita as ações das mulheres e as impossibilitam, em muitos momentos, de exercerem atividades no espaço público. No entanto, ao “romper” barreiras interpostas entre o público e o privado, as mulheres passam a ocupar espaços de deliberação e, por consequência, adquirem uma nova percepção sobre seus direitos, bem como adotam uma nova postura e reconstróem suas identidades a partir da participação nos movimentos sociais, nos espaços de formação política e cidadã, nos enfrentamentos nas arenas de poder e decisão.

Pode-se inferir que adentrar à esfera pública, continua sendo um processo extenuante para as mulheres rurais, e quando conseguem, precisam repetidamente provar a sua capacidade de gestão. A atual presidente do SINTRAF-Serrinha, por exemplo, teve sua capacidade de gestão posta em xeque quando se candidatou à presidência pela primeira vez. Segundo ela, a oposição argumentava que sindicato não era lugar para mulher e questionava a sua capacidade de presidir a entidade, dado que a ocupação de cargos de chefia é historicamente um atributo masculino. Nobre, Faria e Silveira (2005) destacam que a divisão sexual do trabalho se encontra intimamente imbricada com as interpretações sociais associadas às mulheres e aos homens, perspectiva que corrobora a dinâmica de organização social observada no sindicato.

No momento da pesquisa, a composição feminina em cargos no sindicato de Serrinha era maioria, dos 19 cargos 11 eram compostos por mulheres, a saber: Maria Zilda, na Presidência; Girlene Nery na Secretária Geral, Ariane Santiago, Vice Secretária Geral; Maria Lúcia Evangelista, Conselho Fiscal; Maria Laura da Silva – Suplente do Conselho Fiscal; Nailza dos Santos – Suplente do Conselho Fiscal Marivalda Araújo, Secretária de Mulheres; Maria Laura – Suplente da Secretária de Mulheres; Maria Vilma da Silva de Jesus - Secretária de Política Agrícola e Agrária, Roseli Damasceno - Secretária de Educação e Campo; Nilza Santos – Vice da Secretária de Jovens.

1935



CONCLUSÃO

Ainda que haja um longo caminho a ser percorrido em prol da equidade de gênero, por meio desse trabalho foi possível observar que as mulheres têm conquistado avanços em termos de participação nos espaços públicos, com voz e voto, particularmente nas áreas rurais. Algumas ações despontam, a fim de melhorar as condições de vida das trabalhadoras rurais, as quais são resultados das inúmeras reivindicações empreendidas. A partir das leituras e dos relatos, pôde-se constatar que o engajamento em movimentos sociais abre espaço para o processo de ressignificação da posição feminina nas relações familiares, matrimoniais, comunitárias, no público - o que ocasiona uma ruptura com padrões socialmente construídos.

1936

REFERÊNCIAS

CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. Relações de gênero. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Odebrecht. Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, p. 142-150, 1998.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP. 2009

NOBRE, Míriam; FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia. Feminismo e Luta das Mulheres: análises e debates. SOF: São Paulo, 2005

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. O poder do macho. Editora Moderna, 1987. p.120.

Realização:



Apoio:

